

## 8.2. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016

**8.2.1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADOS E SEM PREJUÍZO DO LEGALMENTE ESTABELECIDO, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPETIVOS EFEITOS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTES DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ATIVO, PASSIVO E DOS RESULTADOS DA AUTARQUIA.**  
Não aplicável.

**8.2.2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

Tendo por objetivo garantir um tratamento mais correto e eficiente do IVA, recuperando valores suportados em excesso no passado, foi efetuado, em parceria com a Deloitte, um projeto que permitiu recuperar imposto incorrido desde o ano de 2013.

As operações realizadas pelo Município de Tábua enquadraram-se, em grande parte, num regime de não sujeição ou de isenção do imposto (como é, de resto, habitual no universo das autarquias locais), originando restrições ao nível do direito à dedução do IVA incorrido. Não obstante, o Município de Tábua realiza também operações tributáveis que conferem o direito à dedução do respetivo IVA incorrido.

Com base na análise efetuada, procedeu-se à definição dos procedimentos a adotar, com vista à recuperação do IVA, bem como à eliminação (ou minimização) de ineficiências em sede deste imposto.

Assim, apuraram-se os valores de IVA a recuperar pelo Município de Tábua resultantes da aplicação dos métodos de dedução (i.e. afetação real e/ou do prorata). Neste âmbito, foi efetuado, então, o cálculo do *prorata* de dedução para os anos objeto de análise (2013 a 2016), tendo em vista a sua utilização para efeitos de recuperação do IVA incorrido na aquisição dos recursos comuns.

Desta forma, foi apurado um montante de 117.165,09 € de IVA a recuperar (conta 2437), cujo valor não é comparável com os anos anteriores.

### **8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

#### **a) Imobilizações**

Todo o imobilizado adquirido no decorrer do ano de 2016, foi valorizado ao custo de aquisição, de acordo com o estabelecido no ponto 4.1.1. - Imobilização do POCAL.

De acordo com o estabelecido no ponto 2.7.2 - Amortização do POCAL, as amortizações do exercício foram calculadas pelo método das quotas constantes. A taxa de amortização de cada bem corresponde à fixada pela Portaria 671/2000 de 17 de Abril - CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. Os elementos patrimoniais estão sujeitos à amortização corresponde à quota anual no exercício em que entraram em funcionamento, independentemente no mês em que ocorre a sua aquisição.

Relativamente à plenitude do registo contabilístico dos Bens de Domínio Público, sob o controlo do Município, não temos conhecimento nesta data da existência de bens que não estejam inventariados, cadastrados e reconhecidos contabilisticamente, pelo que é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras refletem de forma apropriada tal situação, tanto mais que nos últimos cinco exercícios existiram variações à conta de Património que não foram significativas.

## b) Imobilizações em Curso

Estão registadas ao custo de aquisição ou produção durante a sua fase de construção e são transferidas para imobilizado, aquando da assinatura do auto de receção provisória, documento comprovativo proveniente da DOSUA. No que respeita a obras em curso realizadas por Administração Direta, é com dificuldade que os serviços procedem aos lançamentos contabilísticos das mesmas, uma vez que não é remetida toda a informação necessária.

## c) Investimentos Financeiros

Estão registados ao custo de aquisição.

No que diz respeito à participação na CESAB, esta, corresponde ao capital obtido pelo pagamento da Jóia de Inscrição de 1.500€, no ano de adesão (1993), e do pagamento da quota anual de 250,00€ nos anos subsequentes, até 2006, ano em que se deliberou sobre a extinção das quotas (salvo se vier a ser deliberado em Assembleia a reposição do pagamento). No ano de 2006 ocorreu um incremento de capital (pelos resultados obtidos) no valor de 6.000€ e em 2009 pela oferta aos Associados de uma quota extraordinária de capital) no valor de 10.500€. Em 2009 o Capital foi também convertido em unidades de participação de 500€ cada. Resulta que o Município de Tábua detém 42 unidades de participação no Capital do CESAB.

## d) Acréscimos e Diferimentos

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo.

De acordo com o princípio da especialização do exercício ou do acréscimo:

1. Estão contabilizados como **acréscimos de proveitos (conta 271)**, transferência a receber da DGEST, referente aos acordos de colaboração, transferência das Águas do Planalto, referente a RSU e Saneamento dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2016, transferência referente à Fruta Escolar, e valor de proveitos reconhecidos no próprio exercício, ainda que não

- tenham documentação vinculativa e cuja receita só se venha a arrecadar em exercícios posteriores como IMI, IMT, IUC, Derrama e Participação Fixa no IRS.
2. Estão contabilizados como **custos diferidos (conta 272)**, os seguros cujo período de abrangência decorre ainda no exercício seguinte.
  3. Estão contabilizados como **acréscimos de custos (conta 273)**, as remunerações e os respetivos encargos sobre remunerações, referente a Férias e Subsídio de Férias a liquidar em 2017, mediante uma previsão, juros a liquidar de empréstimos contraídos e as faturas lançadas em 2017 cujo custo é imputável ao exercício económico de 2016.
  4. Estão contabilizados como proveitos diferidos (conta 274), os subsídios para investimento atribuídos à autarquia, os quais, estando associados a ativos, são reconhecidos na conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital", de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens a que se destinaram. No exercício de 2016 foi transferido para a conta "7983 - Proveitos e ganhos extraordinários - transferências de capital" o montante de 279.217,30 Euros.

#### **e) Existências**

As existências de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, que inclui todas as despesas com a compra até à sua entrada em armazém. Como método de custeio das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

#### **f) Amortizações**

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado. O método de cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

#### **g) Dívidas de e a Terceiros**

As Dívidas de e a Terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

#### **h) Disponibilidades de Caixa e Depósitos**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamentos e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

#### **8.2.4. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA A CONVERSÃO EM MOEDA PORTUGUESA DAS OPERAÇÕES REGISTRADAS EM CONTAS INCLUÍDAS NO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ORIGINARIAMENTE EXPRESSAS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Não se aplica, em virtude de não se ter efetuado qualquer operação em moeda estrangeira.

#### **8.2.5. SITUAÇÕES EM QUE O RESULTADO LÍQUIDO FOI AFETADO: POR VALORIMETRIAS DIFERENTES DAS PREVISTAS NOS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA, POR AMORTIZAÇÕES DO ATIVO IMOBILIZADO SUPERIORES ÀS ADEQUADAS OU POR PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES AO ATIVO**

Não aplicável.

#### **8.2.6. COMENTÁRIO ÀS CONTAS 431 – DESPESAS DE INSTALAÇÃO E 432 – DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

Nas contas 431 “Despesas de Instalação” e 432 “Despesas de investigação e desenvolvimento”, não ocorreu qualquer alteração, estando ambas totalmente amortizadas. A conta 43301 “Licenças” regista o movimento da aquisição das licenças dos programas informáticos utilizados pelo Município.

#### **8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO CONSTANTES DO BALANÇO E NAS RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES (ATIVO BRUTO, AMORTIZAÇÃO E PROVISÕES)**

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e respetivas amortizações, assim como as provisões, foram, de acordo com os seguintes quadros:

**Município de Tábua - Câmara Municipal**
**Ano: 2016**
**Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)**

Rubricas		Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros•Abates •Transf.	Saldo Final
451	Terrenos e recursos naturais	9.948,00	0,00	2.553,20	0,00	28.517,50	41.018,70
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infraestruturas	48.105.772,64	0,00	27.601,15	0,00	176.770,79	48.310.144,58
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	3.075.106,75	0,00	467.423,38	0,00	-176.770,79	3.365.759,34
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		51.190.827,39	0,00	497.577,73	0,00	28.517,50	<b>51.716.922,62</b>
431	Despesas de instalação	50.146,02	0,00	0,00	0,00	0,00	50.146,02
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	64.860,16	0,00	0,00	0,00	0,00	64.860,16
433	Propriedade industrial e outros direitos	283.699,72	0,00	72.505,76	0,00	0,00	356.205,48
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		398.705,90	0,00	72.505,76	0,00	0,00	471.211,66
421	Terrenos e recursos naturais	4.712.360,33	0,00	14.609,59	0,00	-28.517,50	4.698.452,42
422	Edifícios e outras construções	14.759.255,46	0,00	26.701,72	0,00	209.523,48	14.995.480,66
423	Equipamento básico	1.226.131,79	0,00	35.704,40	0,00	0,00	1.261.836,19
424	Equipamento de transporte	629.692,27	0,00	32.643,07	0,00	0,00	662.335,34
425	Ferramentas e utensílios	84.857,55	0,00	1.342,14	0,00	0,00	86.199,69
426	Equipamento administrativo	2.655.482,87	0,00	76.857,59	0,00	0,00	2.732.340,46
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	15.245,67	0,00	852,06	0,00	0,00	16.097,73
442	Imobilizações em curso	513.406,88	0,00	322.190,20	0,00	-210.507,48	625.089,60
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		24.593.297,61	0,00	510.900,77	0,00	-29.501,50	25.077.832,09
411	Partes de capital	24.575,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.575,00
412	Obrigações e títulos de participação	491.069,09	0,00	0,00	0,00	0,00	491.069,09
4141	Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142	Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151	financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152	Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		515.644,09	0,00	0,00	0,00	0,00	515.644,09

**Município de Tábua - Câmara Municipal**

Ano: 2016

**Amortizações e Provisões**

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
<b>De Bens de domínio público</b>	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	
Outras construções e infraestruturas	4853	32.809.413,34	3.052.475,65	1.086.558,54	34.775.330,45
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	
		32.809.413,34	3.052.475,65	1.086.558,54	34.775.330,45
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>	483				
Despesas de instalação	4831	50.146,02	0,00	0,00	50.146,02
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	64.860,16	0,00	0,00	64.860,16
Propriedade industrial e outros direitos	4833	233.273,91	82.952,14	18.629,45	297.596,60
		348.280,09	82.952,14	18.629,45	412.602,78
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	3.468.119,21	442.907,45	146.244,62	3.764.782,08
Outras construções	48222	161.733,40	119.961,01	38.614,82	243.079,59
Equipamento básico	4823	1.001.248,57	114.825,54	44.083,02	1.071.991,09
Equipamento de transporte	4824	611.875,40	28.885,30	10.586,74	630.173,96
Ferramentas e utensílios	4825	76.662,52	6.540,81	2.273,73	80.919,60
Equipamento administrativo	4826	2.143.888,91	197.989,28	72.902,06	2.268.976,13
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	
Outras imobilizações corpóreas	4829	12.692,69	304,25	113,75	12.883,19
		7.476.210,70	911.413,68	314.818,74	8.072.805,64
<b>De Investimentos em Imóveis</b>	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	
<b>De Investimentos Financeiros</b>	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	

**Município de Tábua - Câmara Municipal**

Ano: 2016

**Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas**

Unidade: Euros

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	18.152,64	0,00	0,00	18.152,64
292 Provisões para Riscos e Encargos	91.850,00	750,00	17.765,00	74.844,90
39 Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

**8.2.8. CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ATRÁS REFERIDOS DEVERÁ SER DESAGREGADA DE MODO QUE SEJA DIFERENCIADA A DESCRIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO, INDICAÇÃO DOS VALORES DOS BENS ADQUIRIDOS EM ESTADO DE USO, DATAS DE AQUISIÇÃO E DE REAVALIAÇÃO, VALORES DE AQUISIÇÃO, TAXAS DE AMORTIZAÇÃO, AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO E ACUMULADAS, ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS E ABATES DE ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO NO EXERCÍCIO E OS VALORES LÍQUIDOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO IMOBILIZADO**

O mapa síntese de bens inventariados encontra-se inserido em sede de documentos de prestação de contas. A informação pormenorizada de todos os bens é uma lista extensa e volumosa, facto que impossibilita e inviabiliza a sua remessa para os órgãos autárquicos. No entanto poderá, caso se pretenda, consultar o programa informático no serviço responsável.

**8.2.9. CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO E RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES, DURANTE A CONSTRUÇÃO, QUE TENHAM SIDO CAPITALIZADOS NESSE PERÍODO**

Não aplicável.

**8.2.10. INDICAÇÃO DOS DIPLOMAS LEGAIS NOS TERMOS DOS QUAIS SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO**

Não aplicável.

**8.2.11. ELABORAÇÃO DE UM QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES**

Não aplicável.

**8.2.12. INDICAR O VALOR GLOBAL RELATIVAMENTE ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO, POR CADA UMA DAS CONTAS DE IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS, INCLUINDO BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO CEDIDOS POR CONTRATO DE CONCESSÃO, IMOBILIZAÇÕES IMPLANTADAS EM PROPRIEDADE ALHEIA, IMOBILIZAÇÕES IRREVERSÍVEIS BEM COMO A DESCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS NELAS CAPITALIZADOS, RESPEITANTES AO EXERCÍCIO E ACUMULADAS**

Não aplicável.



**8.2.13. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – VALORES CONTABILÍSTICOS**

Não aplicável.

**8.2.14. RELAÇÃO DOS BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DESSA NECESSIDADE**

Não aplicável.

**8.2.15. IDENTIFICAÇÕES DOS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPETIVAS RAZÕES**

De acordo com as disposições legais constantes no artigo 36.º da Portaria nº641/2000 de 17 de Abril, que publica o CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), os terrenos não estão sujeitos ao regime de amortizações, pelo que não são objeto de amortização.

**8.2.16. DESIGNAÇÃO E SEDE DAS ENTIDADES PARTICIPADAS, COM INDICAÇÃO DA PARCELA DETIDA, BEM COMO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS OU EQUIVALENTE E DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO EM CADA UMA DESSAS ENTIDADES, COM MENÇÃO DESSE EXERCÍCIO.**

O Município de Tábua tem participações financeiras nas seguintes entidades: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (Beira Centro), CESAB – Centro de Serviços do Ambiente e na WRC – Agência de Desenvolvimento Regional, SA, a restante informação encontra-se no Mapa das Participações das Entidades que integra a Prestação de Contas, conforme impõe a Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção do Tribunal de Contas.

**8.2.17. OS ELEMENTOS INCLUÍDOS NAS CONTAS “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS” E “OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES E VALORES DE BALANÇO**

Não aplicável.

**8.2.18. DESCRIMINAÇÃO DA CONTA “OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS”, COM INDICAÇÃO, DA NATUREZA, ENTIDADES, QUANTIDADES, VALORES NOMINAIS E VALORES DE BALANÇO**

Não aplicável.

**8.2.19. INDICAÇÃO GLOBAL, POR CATEGORIAS DE BENS, DAS DIFERENÇAS, MATERIALMENTE RELEVANTES, ENTRE OS CUSTOS DOS ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE, CALCULADOS DE ACORDO COM OS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADAPTADOS, E AS QUANTIAS CORRESPONDENTES AOS RESPETIVOS PREÇOS DE MERCADO**

Não aplicável.

**8.2.20. FUNDAMENTAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESPECIAIS QUE JUSTIFICARAM A ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO**

Não aplicável.

**8.2.21. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE RELATIVAMENTE AOS QUAIS, FACE A UMA ANÁLISE COMERCIAL RAZOÁVEL, SE PREVEJAM DESCIDAS ESTÁVEIS PROVENIENTES DE FLUTUAÇÕES DE VALOR**

Não aplicável.

**8.2.22. DÍVIDAS DE TERCEIROS – COBRANÇA DUVIDOSA**

Mantêm-se as provisões para cobranças duvidosas relativamente a Publicidade no valor de 271,86 € e 17.880,78 referente a dívidas de Mercados e Feiras.

**8.2.23. VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS ATIVAS E PASSIVAS RESPEITANTES AO PESSOAL DA AUTARQUIA LOCAL**

Não aplicável.

**8.2.24. QUANTIDADE E VALOR NOMINAL DE OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA ENTIDADE, COM INDICAÇÃO DOS DIREITOS QUE CONFEREM**

Não aplicável.

**8.2.25. DESCRIMINAÇÃO DAS DÍVIDAS INCLUÍDAS NA CONTA “ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS” EM SITUAÇÃO DE MORA**

Não aplicável.

## 8.2.26. DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECEBIDOS PARA COBRANÇA

As contas de ordem traduzem os movimentos ocorridos em rubricas extra orçamentais e extra patrimoniais, ou seja, que não tenham implicações quer ao nível do orçamento quer do património.

São constituídas por garantias efectuadas por fornecedores, fornecedores de imobilizado e credores diversos em bancos ou seguradoras, bem como pelos recibos em cobrança, conforme mapa seguinte:

Município de Tábua - Câmara Municipal							
Ano: 2016		Unidade: Euros					
8.2.26 - Contas de Ordem							
Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
		Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Código	Designação						
<b>Garantias e Cauções</b>							
083	Garantias e Cauções de Terceiros						
0832	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	1.455.485,03		14.188,03		1.469.671,06	
08321	Prestadas por Fornecedores de o/c						
08322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	1.221.214,18		11.188,03		1.232.400,21	
08323	Prestadas por Outros Credores	234.270,85		3.000,00		237.270,85	
0833	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				32.034,67		32.034,67
08331	Devolvidas a Fornecedores de o/c						
08332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				32.034,67		32.034,67
08333	Devolvidas a Outros Credores						
0834	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas						
08341	Acionadas a Fornecedores de o/c						
08342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado						
08343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		1.455.485,03		14.188,03	32.034,67	1.437.636,36	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
082	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0821	À responsabilidade do Tesoureiro	271,88				271,88	
0822	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>		271,88		0,00		271,88	
<b>Total</b>		1.455.756,88		14.188,03	32.034,67	1.437.908,25	

As retenções efetuadas no momento do pagamento por reforço de garantia ou outros, são lançadas como Operações de Tesouraria na conta 26815 – Empreitadas.

### 8.2.27. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS EXPLICITANDO OS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

De acordo com a informação prestada pelo advogado que representa o Município e pelo princípio da prudência, foi acautelado em provisões do exercício de 2016, valores referentes a processos em tribunal que foram levantados no montante global de 74.844,90 euros.

### 8.2.28. EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 “FUNDO PATRIMONIAL”.

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
51 – Património	49.041.226,48	0,00	0,00	49.041.226,48
57 – Reservas	10.900,79	0,00	0,00	10.900,79
59 – Resultados transitados	(26.916.046,27)	577.794,14	1.361.108,30	(27.699.360,43)
88 – Resultado líquido	(783.314,16)	783.314,16	767.196,72	(767.196,72)
	<b>21.352.766,84</b>	<b>1.361.108,30</b>	<b>2.128.305,02</b>	<b>20.585.570,12</b>

Ocorreram movimentos na conta 59 – Resultados Transitados a débito no montante de 1.361.108,30 e a crédito no montante de 577.794,14 .

O valor de 783.314,16 a débito relativo à aplicação do resultado líquido negativo de 2015. O restante valor a débito e a crédito (577.794,14 ) deveu-se à regularização de um bem “Concepção e Construção de Beneficiação da EN 230-6 entre Vila Nova de Oliveirinha e Candosa - 2ª Fase”, lançado em 2011 pelo auto de recepção provisória, que teve Revisão de Preços Negativa no ano de 2012, havendo necessidade de criação de um bem novo.

### 8.2.29. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Quanto ao **Ativo Circulante – Existências** o valor de stocks em armazém e os resultados apurados são calculados em função da contagem física dos bens armazenáveis. As existências finais estão valorizadas ao custo médio ponderado. No entanto, o apuramento e respetivos movimentos contabilísticos tiveram por base a seguinte fórmula:

**Custo Das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) = Existências Iniciais (EI) + Compras (C) +/- Regularização Existências (RE) – Existências Finais (EF)**

Aplicando a fórmula acima mencionado o custo do exercício é de 269.756,23 €.

<b>Município de Tábua - Câmara Municipal</b>		Ano: 2016
(designação da autarquia local)		(unidade: Euros)
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00 €	124.154,99 €
Compras	0,00 €	267.516,74 €
Regularizações de Existências	0,00 €	-7.458,69 €
Existências Finais	0,00 €	114.456,81 €
<b>Custos no Exercício</b>		<b>269.756,23 €</b>

### 8.2.30. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Não houve movimentos contabilísticos nas contas que concorrem para a variação da produção. Ainda assim dá-se conta do referido mapa.

<b>Município de Tábua - Câmara Municipal</b>					
<b>Demonstração da Variação da Produção</b>					
Ano: 2016					Unidade: Euros
Movimentos	Produtos acabados e intermédios		Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		Produtos e trabalhos em curso
Existências Finais	33	0,00	34	0,00	35
Regularizações de Existências	383	0,00	384	0,00	
Existências Iniciais	33	0,00	34	0,00	35
Aumento/Redução no Exercício		0,00		0,00	0,00

### 8.2.31. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

A diminuição dos Juros suportados deve-se essencialmente ao término de um empréstimo e à contínua descida das taxas de juros.

O aumento de Outros Custos e Perdas Financeiros deve-se à faturação de juros de mora por parte de alguns fornecedores devido à existência de pagamentos em atraso. Do lado dos Proveitos houve uma ligeira subida, devido ao aumento dos rendimentos de imóveis, provenientes da Renda da EDP.

## Município de Tábua - Câmara Municipal

## Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
881	Juros suportados	148.057,79	175.190,48	781	Juros obtidos	99,78	113,05
882	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
883	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	344.345,68	340.602,84
884	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
885	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
887	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
888	Outros custos e perdas financeiros	37.372,72	30.218,27	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	159.014,93	135.298,16	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		344.445,44	340.715,89			344.445,44	340.715,89

## 8.2.32. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

## Município de Tábua - Câmara Municipal

## Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
891	Transferências de capital concedidas	30.000,00	25.000,00	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
892	Dívidas incoobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
893	Perdas em existências	172,20	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
894	Perdas em imobilizações	861,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
895	Multas e Penalidades	2.380,38	771,81	795	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
896	Aumentos de amortizações e de provisões	145.880,92	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	17.765,00	430,00
897	Correções relativas a exercícios anteriores	180.148,68	78.281,28	797	Correções relativas a exercícios anteriores	125.300,47	133.582,48
898	Outros custos e perdas extraordinárias	17.032,30	2.482,75	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	396.382,39	280.067,17
	Resultados extraordinários	162.972,38	307.543,83				
		539.447,86	414.079,85			539.447,86	414.079,85

O valor constante na rubrica de Aumentos de Amortizações e de Provisões deveu-se a amortizações extraordinárias resultantes da regularização de um bem "Concepção e Construção de Beneficiação da EN 230-6 entre Vila Nova de Oliveirinha e Candosa - 2ª Fase", lançado em 2011 pelo auto de recepção provisória, que teve Revisão de Preços Negativa no ano de 2012, havendo necessidade de criação de um bem novo.

Correções Relativas a Exercícios Anteriores aumentou, deve-se como o próprio nome indica, a lançamentos de regularizações a movimentos contabilísticos ocorridos em exercícios anteriores, nomeadamente, correção à estimativa de férias e subsídio de férias de 2015 pagas em 2016 e correção à estimativa do acréscimo de IMI.

Verificou-se também um aumento na rubrica de Outros custos e perdas extraordinárias, compreende os valores das comissões/ manutenção de conta, uma indemnização decorrente de um processo judicial, entre outros...

O aumento da rubrica Reduções de amortizações e de provisões, explica-se pela redução de provisão referente a um processo judicial em curso que já teve lugar a indemnização.

O aumento de Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários deve-se ao montante da optimização do IVA pela Deloitte, já anteriormente explicado no ponto 8.2.2.